



OAB requer suspensão do uso obrigatório do PJe na Justiça de MT

Página - 3



OAB-MT: 85 anos de representatividade da sociedade civil

Página - 8



Colégio de Presidentes é marcado por luta pelo justo pagamento de honorários

Páginas - 6 e 7

OAB atua para combater captação de clientes e litigância de má-fé

Página - 4



Comissão encabeçada pela Ordem denuncia violência em assentamentos

Página - 11



DIRETORIA DA OAB

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente

Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral

Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta

Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Dalto

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda

Bruna Ergang da Silva
Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
Luiz da Penha Corrêa

Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda
Ricardo Moraes de Oliveira

Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente

Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral

Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto

José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente

Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto

Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral

Silvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta

Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico

Vladia Maria

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

Presidente

JOÃO BATISTA BENETI

Vice-presidente

ADRIANO CARRELO SILVA

Secretário-geral

SILVANO MACEDO GALVÃO

1ª TURMA

Presidente

RENATO DE PERBOYRE BONILHA

Relatores

ROBER CESAR DA SILVA
GIORGIO AGUIAR DA SILVA

2ª TURMA

Presidente

ROBERTO ANTUNES BARROS

Relatores

MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA
ROSENI APARECIDA FARINACIO
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE

3ª TURMA

Presidente

PEDRO MARCELO DE SIMONE

Relatores

SEILA MARIA ALVARES DA SILVA
APOENA CAMERINO DE AZEVEDO
ALENCAR FELIX DA SILVA
MARCELO BERTOLDO BARCHET

4ª TURMA

Presidente

JOÃO MANOEL JUNIOR

Relatores

JOSÉ RAVANELLO
LINOIR LAZZARETTI JUNIOR
ANA MARIA SORDI TEIXEIRA MOSER
ILDO DE ASSIS MACEDO

5ª TURMA

Presidente

ARNALDO RAUEN DELPIZZO

Relatores

ROSELY AMARAL DE SOUZA
JULIERME ROMERO

ROBERTO CARLONI DE ASSIS
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI
REZENDE

6ª TURMA

Presidente

JACKSON MÁRIO DE SOUZA

Relatores

VINICIUS MANOEL
GELISON NUNES DE SOUZA
JOSÉ ANTONIO GASPARELO JUNIOR
CIBELI SIMÕES DOS SANTOS

7ª TURMA

Presidente

ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES
SILVA

Relatores

LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR
JUCIMEIRE MARQUES DE OLIVEIRA
LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR

8ª TURMA

Presidente

CRISTIANO ALCIDES BASSO

Relatores

JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA
EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI
JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO
RODRIGO REIS COLOMBO

9ª TURMA

Presidente

AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA

Relatores

RAFAEL VICENTE GONÇALVES TOBIAS
ESTEVÃO PINHEIRO JOTA
CLAIRE INES GAI MATIELO

10ª TURMA

Presidente

SONIA MARIA ALVES SANTOS

Relatores

RAPHAEL NAVES DIAS
JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS
MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES

11ª TURMA

Presidente

MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA

Relatores

AMARO CESAR CASTILHO
PAULO FABRINNY MEDEIROS
ANTONIO ALVES DA SILVA JUNIOR
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO
JOSÉ DIOGO DUTRA FILHO
CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA
RAFAEL WILLIAN BATISTA
ALEX FERREIRA DE ABREU

DIRETORIA DO TDP

Presidente

André Stumpf Jacobe Gonçalves

Vice-presidente

Maurício Magalhães Faria Neto

Secretário-geral

Max Magno Ferreira Mendes

Secretária adjunta

Fabiane Battistetti Berlanga

Telefone de plantão do TDP: (65) 9 9239-1000

Jornalistas:
Natacha Wogel
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243
Ascom/TRE
Paula Fernanda Pereira e Ascom/TRE-MT

Fotografias:
Fabício Rodrigues/ZF Press, Chico Ferreira/ZF Press,
Tchêlo Figueiredo/ZF Press e Cibele Estrela

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:

@oabmatgrosso
www.facebook.com.br/oabmatgrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

OAB requer suspensão do uso obrigatório do PJe na Justiça de MT

Em virtude das constantes falhas de acesso, erros de protocolo e lentidão registrados no Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça Estadual, a OAB-MT requereu ao Tribunal de Justiça (TJMT) a suspensão imediata do uso obrigatório do sistema nos juízos de primeiro e segundo graus, até que apresente condições de operacionalização, para que não provoque o perecimento de direitos.

O requerimento foi protocolado no dia 20 de junho, sob redação da Comissão de Direito Eletrônico (Codel) da OAB-MT, diante das reclamações unânimes da advocacia de Mato Grosso.

Desde o início de junho, quando as falhas de funcionamento se tornaram crônicas no Estado, a OAB-MT vem mantendo contato com o Tribunal de Justiça para cobrar explicações sobre as avarias no sistema e providências que garantissem o restabelecimento do PJe nas comarcas nas quais está implantado.

No dia 13 de junho, o presidente da Codel, Gonçalo Adão, reuniu-se com o presidente do Comitê Gestor do PJe, o juiz auxiliar da Presidência do TJMT, João Thiago Guerra, que informou que, nos últimos três meses, triplicou o número de acessos à ferramenta em função das novas comarcas ou entrâncias em que o PJe foi implantado, além da utilização nos Núcleos de Práticas Jurídicas nas faculdades e universidades.

“Contudo, pontuou que as falhas ocorridas recentemente não estão atreladas a isso, pois o Tribunal tem capacidade de infraestrutura de sobra pra isso. Mas, decorrentes de um



grande volume de requisições/solicitações em curto espaço de tempo, feitas pela Procuradoria Geral do Estado, o Ministério Público Estadual e, ainda, por programas de controle e acompanhamentos processuais”, acrescentou o presidente da Comissão.

Porém, no dia 15, diante das reiteradas reclamações da advocacia, a OAB-MT protocolou novo pedido para que, dessa vez, fossem suspensos os prazos judiciais no PJe no período de 11 a 15 de junho, justamente pela falta de resolutividade dos problemas.

Além dos pedidos já mencionados, no início de junho a OAB-MT já havia oficialmente requerido explicações e providências ao TJMT a respeito da instabilidade do PJe registrada

desde o mês anterior.

“Acontece que chegamos a uma situação caótica no acesso à justiça. Discutimos isso no Colégio de Presidentes e, consta da Carta produzida em Diamantino, que se faz necessária a suspensão da obrigatoriedade do uso do PJe no Estado até que o sistema apresente condições de operacionalização plena, pois o que está acontecendo é o perecimento de direito. O PJe é um caminho sem volta e a Ordem apoia a implantação do processo eletrônico. Porém, ele precisa ser inclusivo e não excludente do acesso à justiça como tem sido hoje. Como disse Lamachia (presidente nacional da OAB), a advocacia precisa fazer faculdade de informática para operar esses sistemas”, reforçou o presidente da

OAB-MT, Leonardo Campos.

No requerimento, a Ordem deixou claro que reconhece os esforços do TJMT para a solução definitiva da situação, “porém, a advocacia e o jurisdicionado encontram-se – diante das regulares inconsistências do sistema – com extrema dificuldade de acesso à justiça”, finalizou.

Em pedidos de intervenções anteriores, a OAB-MT solicitou também bom senso ao Tribunal, para que, em caso de perecimento de direitos, olhem o caso em concreto, face aos problemas que toda a classe vem enfrentando: “Bom lembrar que a Lei deve ditar as regras que o sistema deve seguir, e não o contrário, sob pena de irmos ao arrepio da Lei, e isso jamais a Ordem irá permitir”, lembrou Gonçalo Adão.

A Ordem ainda destacou a importância de aquele que se sentir lesado ante às falhas do PJe, inicialmente, buscar o suporte técnico do Tribunal ou verificar a existência da certidão de indisponibilidade em <http://www.tjmt.jus.br/indisponibilidade/RegistroIndisponivel>, expedidas na forma do artigo 10, parágrafo 2º da Resolução nº 185 do Conselho Nacional de Justiça, ou, ainda, baixar em seu smartphone o aplicativo PJ Serviços em m.tjmt.jus.br.

Medidas de urgência, em havendo perecimento de direitos, poderão ser protocoladas de forma física em caso de indisponibilidade do PJe, conforme prescreve o § 3º, do art. 13, da Resolução 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça.

Citação via PJe precisa ser regularizada em Sinop

A falta de citação ou de comunicado em prazo hábil para o comparecimento a audiências no Processo Judicial Eletrônico (PJe), mais especificamente na comarca de Sinop, moveu a OAB-MT, através da Comissão de Direito Eletrônico, a requerer a regularização do procedimento ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Conforme o relato de escritórios de advocacia com grande volume de

processos, cuja Portaria 555/2017 do TJMT determina o cadastramento para recebimento de citações e intimações on-line por meio do Sistema PJe, as comunicações não estariam sendo feitas ou, quando estavam, não tinham prazo razoável entre a citação e a data da audiência.

“Os advogados estão procurando a Comissão para dizer que não estão recebendo a citação via PJe,

com casos em que acontece de ser realizada a audiência e a empresa de advocacia ficar sabendo só depois. Algumas, já em fase de execução, inclusive. Esse problema fere o direito de contraditório e ampla defesa”, ponderou o vice-presidente da Comissão de Direito Eletrônico, Thales do Valle Barbosa Anjos

O requerimento feito pela OAB-MT ao TJ é para que, caso seja

constatada a falha na expedição ou na forma de se expedir as comunicações, sejam tomadas as providências de correção. “O que estamos pedindo é para que seja verificado se isso é um problema de sistema, ou seja, da ferramenta, ou se é a necessidade de capacitar melhor o servidor que alimenta o PJe, já que isso é um problema localizado na comarca de Sinop”, acrescentou o advogado.

OAB atua para combater captação de clientes e litigância de má-fé

Em vigor há menos de dois anos, o novo Código de Ética e Disciplina da OAB teve como uma de suas principais características as alterações no que diz respeito às regras acerca da publicidade. Uma das metas é o combate incisivo à captação ilícita de clientes.

Em seu artigo 7º, o Código é taxativo ao destacar que é vedado o oferecimento de serviços profissionais que impliquem, direta ou indiretamente, em angariar ou captar clientela. Da mesma forma, a Lei 8.906/94 estabelece no inciso III do artigo 34 que valer-se de agenciador de causas, mediante participação nos honorários a receber constitui infração disciplinar.

Contudo, não são raras propagandas que anunciam “Feirão Limpa Nome” e oferecem serviços privativos da advocacia. Para coibir essas ações que lesam o cidadão, a OAB-MT tem realizado, por meio de suas subseções, uma série de ações nos municípios. Além disso, vem investindo na estruturação do Tribunal de Ética e Disciplina (TED) onde atua uma comissão de fiscalização e também são julgadas as denúncias contra profissionais da advocacia.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, esclarece que a entidade é a principal interessada em coibir esta prática e, tão logo tenha ciência de ações envolvendo denúncias desse tipo, bem como de casos de litigância de má-fé, vem adotando todas as medidas cabíveis para punir os profissionais que não



respeitam a legislação.

Exemplo disso foi a criação da Comissão de Combate à Captação Ilícita de Clientes (Cacic) pela OAB Rondonópolis, em maio. De acordo com o presidente Stalyn Paniago, diante das denúncias de inúmeras situações envolvendo a prática, a subseção tomou a iniciativa de criar a estrutura com diferentes vertentes de trabalho, que incluem o combate direto a eventuais atos de captação, orientação aos profissionais da advocacia para que não in-

corram em infrações éticas e à população em geral, para que sempre busque advogados e advogadas de confiança e não simplesmente aqueles indicados em panfletos e mutirões.

Também são realizadas ações pontuais, como da OAB Tangará da Serra no município de Nova Olímpia, após denúncia da realização de um “Feirão Limpa Nome”, na qual o presidente da subseção Kleiton Carvalho e uma comissão de advoga-

dos foram até o local juntamente com a Polícia Militar onde puderam adotar de imediato as providências cabíveis, notificando os responsáveis e orientando a comunidade presente.

“Somos os primeiros a exigir o fiel cumprimento do Código de Ética e do Estatuto da Advocacia. A OAB-MT repudia veementemente a litigância de má-fé a captação ilícita de clientes, mas precisamos do apoio da sociedade para que ações como essa não se perpetuem”, reforçou o presidente.

O exercício da advocacia é privativo aos profissionais devidamente inscritos na Ordem. Antes de contratar um advogado ou advogada, qualquer cidadão pode e deve acessar o Cadastro Nacional de Advogados (CNA) pelo endereço <http://cna.oab.org.br/> e consultar o nome do profissional.

Tanto a distribuição dos folhetos oferecendo serviços de consultoria jurídica, bem como a realização de eventos amplamente conhecidos como “Feirão Limpa Nome” constituem captação ilícita de clientela.

Assim, ao se deparar com situações como essas, é importante fazer a denúncia ao TED da OAB-MT pelos telefones 3613-0939/0940, ou diretamente à Ouvidoria, via online, pelo endereço eletrônico <http://oabmt.org.br/ouvidoria>, ou, ainda, procurar alguma das 29 subseções da Ordem em Mato Grosso.

Leonardo Campos também esclarece que a OAB-MT e toda a sua estrutura estão à disposição da sociedade para esclarecer e tirar dúvidas sobre as práticas ilegais relacionadas ao exercício da advocacia. Ao longo do ano, é realizada uma série de eventos com palestras, rodas de conversas e atuação dos profissionais tirando dúvidas da população em locais públicos visando informar o cidadão sobre seus direitos, especialmente no que diz respeito à contratação de advogados e advogadas.

Três são detidos suspeitos de esquema em Cuiabá

Três homens foram detidos no dia 25 de junho, em Cuiabá, suspeitos de participarem de um esquema de captação ilícita de clientes e outros crimes, supostamente a mando de advogados. Toda ação foi acompanhada por membros do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) e da Procuradoria da OAB-MT em apoio aos profissionais que atendem o cliente coagido pelo trio.

A advogada Suzinete Almeida denunciou a ação depois que um cliente seu começou a ser procurado pelos acusados, inclusive fazendo uso de práticas de intimidação e ameaças. Conforme ela, eles alegaram ao seu cliente que facilitariam o recebimento de um valor depositado judicialmente, desde que recebessem a meta-de em troca. Para isso, entraram inclusive

em contato com seu escritório se fazendo passar pelo cliente.

Para obter as informações a respeito do alvará para pagamento do valor em juízo, os acusados teriam tido acesso ao sistema processual da Justiça de Mato Grosso, o Projud, mediante senha disponibilizada por algum profissional da advocacia. Além disso, para forçar a pessoa a receber o valor e fazer a divisão com eles, teriam ainda apreendido e levado sua moto para outro local, como forma de intimidação, de acordo com relato da advogada.

Para o advogado Diego da Cruz, que deu apoio à Suzinete Almeida na ação, é necessário deixar o acesso ao Projud mais transparente, ou seja, com a realização do registro de pessoas que entrarem no sistema para ver os proces-

sos. “Como acontece no PJe, em que fica registrado quem foi que teve acesso. Isso é uma forma de controle que dá mais transparência”, comentou.

A medida foi endossada pelo membro do TDP que acompanhou o registro do flagrante na delegacia, o advogado Gilberto Scheir. Conforme ele, a proposta para que o registro do acesso aos processos por meio do Projud seja feito seria levado pela OAB-MT ao Tribunal de Justiça.

Os acusados Sandro Brides da Silva, Natanael Manoel de Oliveira e Rafael Xavier de Moraes responderão por tentativa de extorsão, corrupção ativa e formação de quadrilha.

Para a OAB-MT é fundamental descobrir quem são os profissionais da advocacia agindo por trás dos captadores para

que sejam enquadrados nas faltas éticas e disciplinares previstas na Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia) – em que o inciso III do artigo 34 condena o uso de agenciador, mediante participação de honorários a receber – e no Código de Ética e Disciplina (artigo 7º), que explicita a vedação de oferecimento de serviços profissionais que impliquem, direta ou indiretamente, inculcação ou captação de clientes.

“Essa foi uma ação conjunta. A advocacia, a OAB-MT não aceitará a captação ilícita de clientes e nós combateremos isso veementemente. Isso é uma afronta à advocacia, afronta à dignidade da nossa profissão, um aviltamento de honorários e, onde estivermos, combateremos com todas as nossas forças”, declarou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

OAB-MT e Detran assinam termo por garantia de prerrogativas da advocacia no órgão

Com o propósito de desburocratizar a atuação dos profissionais da advocacia, a OAB-MT e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MT) formalizaram um termo de cooperação para criar um grupo de trabalho que garantirá o cumprimento das prerrogativas de advogados e advogadas junto ao órgão estadual. O termo foi assinado no dia 29 de junho, no início da sessão do Conselho Seccional.

O acordo prevê que o Detran-MT normatize a atuação da advocacia no atendimento referente a veículos e à habilitação; quanto ao atendimento nos processos administrativos referentes a servidores, usuários, estagiários e empresas; quanto ao atendimento nos processos de juntas médicas para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação; na autenticação de documentos por parte de advogados com base na Lei nº 11.925/09 e Novo Código de Processo Civil; quanto ao atendimento junto a JARI (Junta Administrativa de Recursos de Infração) do Detran-MT e Cetran-MT; sobre o atendimento junto à Advocacia Geral do Detran-MT; sobre o procedimento para que a advocacia tenha acesso a informações de seus clientes junto ao Sistema do Detran-MT, dentre outras atividades em que se demanda a atuação da categoria junto ao órgão.

“Essas medidas visam desburo-

cratizar o atendimento à advocacia perante o Detran. Essa é uma cobrança principalmente dos colegas do interior, das Ciretrans, que exigem procuração por instrumento público, ora procuração por firma reconhecida. Então, este é um termo de cooperação que cria esse grupo de trabalho tanto com membros da OAB quanto do Detran”, esclareceu o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

O presidente do Detran-MT, Thiago França, disse ter acatado a sugestão do presidente da Comissão da Jovem Advocacia da OAB-MT, Mário Neto, quanto a uma experiência realizada com o mesmo órgão no estado do Acre, que visa facilitar a vida da advocacia junto ao Detran.

“Sabemos que o Detran é um órgão burocrático, com centenas de normas que, muitas vezes, emperram a nossa prestação. Mas a construção deste termo, não só tem vistas a garantir a prerrogativa do advogado, mas, acima de tudo, que possa facilitar a vida do advogado nas dependências do Detran. Nossa intenção



é prestar um serviço mais célere”, comentou Thiago França.

O termo terá um prazo de 90 dias, que pode ser prorrogado.

No início de junho, o presidente do Detran-MT, assim como o advogado-geral do órgão, Ademir Soares, foram recebidos na OAB-MT por Leonardo Campos, o conselheiro estadual José do Patrocínio e o vice-presidente da Comissão de Juizados Especiais, Munir Salomão. Ainda participaram do encontro o presidente e o secretário-geral da Comissão da Jovem Advocacia, Mário Medeiros Neto e Pedro Henrique Ferreira

Marques, respectivamente.

Na ocasião, o tema debatido foi a necessidade de tornar mais facilitada a utilização dos serviços do Detran-MT pelo usuário, o que poderá vir a ser possível também por meio do termo de cooperação firmado entre as duas entidades.

No mês anterior, o Detran-MT assinou um Termo de Cooperação que passou a permitir o acesso do Poder Judiciário de Mato Grosso ao banco de dados da autarquia, garantindo maior celeridade processual nas determinações judiciais de inclusão e baixa de restrições executadas, conforme informou o órgão.

Jucemat busca parceria da Ordem para uso de plataforma digital pela advocacia

A Junta Comercial de Mato Grosso (Jucemat) quer, até outubro próximo, que todos os processos que ali tramitam sejam feitos por meio digital. Para pedir o apoio da OAB-MT quanto à necessidade de atualização da advocacia do Estado, em grande número usuária dos serviços do órgão, a presidente da Jucemat, Gercimira Rezende, reuniu-se com o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, no dia 20 de junho.

“Queremos fazer uma integração com a OAB porque os advogados utilizam muito os serviços da Jucemat. Nossa intenção é estar totalmente digital até outubro. Sendo assim, contamos com a divulgação da Ordem para que a advocacia faça a atualização com o certificado A3 para a utilização da Junta Digital”, esclareceu a presidente, que

estava acompanhada da procuradora da Jucemat, Kátia Diniz.

Atualmente, ainda existem serviços físicos na Junta Comercial, exceto para emissão de certidões, que são todas

mediante o certificado digital e online. A justificativa para implantação de toda plataforma digital é a facilitação ao empreendedor, sobretudo do interior, para execução dos processos.

“Mato Grosso tem dimensões territoriais muito grande. Quando toda essa documentação é entregue pelos Correios, demora muito. Por isso a necessidade de se fazer tudo por meio digital, para contribuir com o desenvolvimento. E como todos os atos constitutivos necessitam do advogado, contamos com o apoio da OAB”, reforçou a presidente.

Outro assunto tratado com Leonardo Campos também foi a associação da OAB-MT à “Rede Simples” da Jucemat. O programa consiste na união de órgãos envolvidos no processo de abertura de empresas, e demais feitos, em um único sistema, também digital. Sobre o tema, o setor administrativo da Ordem está em consulta com o Conselho Federal para entender melhor a sistematização e a viabilidade do convênio.





Cobrança de honorários é um dos principais balizadores do Colégio de Presidentes

As deliberações tomadas pelas principais lideranças da advocacia de Mato Grosso durante o V Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-MT incluem temas essenciais à categoria, como a devida cobrança e o pagamento dos honorários advocatícios, assim como faltas éticas a exemplo da captação de clientela, prática que infringe o Código da categoria, mas que vindo sendo ampliada com o advento das mídias sociais.

Todos os temas constam da Carta de Diamantino, documento produzido a partir das discussões e planejamentos realizados ao longo do dia 15 de junho, no município, com o olhar dos representantes da advocacia de todas as regiões de Mato Grosso. Seis itens estão expressos na Carta. A maioria dos pontos já faz parte do rol de prioridades na atuação da OAB-MT para atender aos propósitos da categoria, principalmente no que diz respeito aos honorários advocatícios.

Outro ponto considerado crucial para a advocacia, a utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que no dia do evento gerou uma solicitação da Ordem por providências do Tribunal

de Justiça de Mato Grosso, de suspensão de prazos até que o serviço seja restabelecido com plenitude nas comarcas em que já está instalado, foi consignado no documento.

O requerimento do Colégio de Presidentes da OAB-MT é para que o Poder Judiciário de Mato Grosso suspenda a obrigatoriedade do PJe até que as condições de operacionalização estejam completas e, também, a padronização do meio de comunicação de acesso ao sistema, como, por exemplo, através do “navegador do PJe do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)”, traz a Carta.

“Esses temas são assuntos de ordem prioritária para a OAB e, por isso, nunca deixarão de ser discutidos e cobrados até que a advocacia encontre as soluções. Honorários são verbas de caráter alimentício para o profissional da advocacia e o PJe, que é um caminho sem volta, e a advocacia o apoia, deve ser inclusivo, e não excludente, do acesso à justiça como tem sido hoje. Não abrimos mão de melhorar essas questões para advocacia e, principalmente, para os jurisdicionados”, comentou, ao final do Colégio, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

CARTA DE DIAMANTINO

O COLÉGIO DE PRESIDENTES DE SUBSEÇÕES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADO NA CIDADE DE DIAMANTINO, NO DIA 15 DE JUNHO DE 2018, PARA O CUMPRIMENTO DO REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES, ATENDENDO ÀS FUNÇÕES INSTITUCIONAL E NORTEADOS NOS PRINCÍPIOS E IDEAIS DA ENTIDADE, HOUE POR BEM TOMAR AS SEGUINTE DELIBERAÇÕES:

REAFIRMAR A NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 22 AO 26 DO ESTATUTO DA OAB, BEM COMO ARTIGOS 48 AO 54 DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB, NO QUE SE REFERE À GARANTIA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS AOS ADVOGADOS QUE FORMA SUBSTABELECIDOS NOS PROCESSOS CONSIDERANDO O TEMPO DE ATUAÇÃO E TRABALHO DESPENDIDO.

REAFIRMAR A NECESSIDADE DE OBSERVAÇÃO DA COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM CONFORMIDADE COM OS VALORES FIXADOS NA TABELA DA OAB, COMBATENDO TODA FORMA DE AVILTAMENTO, PROMOVENDO VALORIZAÇÃO DA ADVOCACIA.

COMBATER A CAPTAÇÃO INDEVIDA/ILÍCITA DE CLIENTELA QUE CONFIGURA FALTA ÉTICA E DISCIPLINAR E QUE SE REVELA POR MEIOS E FORMAS DIVERSAS, INCLUSIVE EM MÍDIAS SOCIAIS.

MANIFESTAR APOIO AO PROJETO DE LEI QUE CONFERE DIREITO AO PORTE DE ARMAS AOS ADVOGADOS.

REPUDIAR A POSTURA DO GOVERNO DO ESTADO QUANTO AO REITERADO DESCUMPRIMENTO DO PRAZO LEGAL PARA O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DA ADVOCACIA DATIVA.

REQUERER AO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO A SUSPENSÃO DA OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO ATÉ QUE O SISTEMA APRESENTE CONDIÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO, BEM COMO A PADRONIZAÇÃO DO MEIO DE COMUNICAÇÃO DE ACESSO AO PJE, COMO, POR EXEMPLO, O NAVEGADOR DO PJE NO CNJ.

DIAMANTINO-MT, 15 DE JUNHO DE 2018.

Maior proximidade do interior com a Capital nordestina Colégio de Presidentes

A necessidade cada vez maior de aproximar a advocacia que atua no interior de Mato Grosso à da Capital para debater desafios e traçar objetivos marcou o tom do primeiro dia do V Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-MT e Delegados da CAA/MT, em 14 de junho, em Diamantino. Uma das subseções mais antigas da Ordem no Estado recepcionou as principais lideranças da área para tratar dos assuntos da advocacia afetos à própria categoria mas, também, à sociedade mato-grossense.

O presidente anfitrião, Pêrsio Landim, destacou a importância de realizar um colégio de presidentes e os desafios para recepção em Diamantino, sobretudo por seu aspecto histórico. “Esta foi a primeira subseção criada após a divisão de Mato Grosso. É mãe de todas as demais do arco da BR-163. Tratar aqui dos anseios dos advogados do interior, que não têm acesso a uma internet de qualidade ou toda uma estrutura fornecida pelo Tribunal de Justiça, por exemplo, assim como muitos outros desafios, é muito importante. Hoje os colegas podem ver a nossa realidade”.

O prefeito da cidade, o advogado Eduardo Capistrano, endossou a fala de Landim.



“É com muita alegria que recebemos esse colégio em nosso município. Quero parabenizar pelo empenho por trazer para Diamantino, pois quem conhece sabe que não é fácil, por conta da estrutura de nosso município. Mas nosso povo é muito acolhedor e vai receber da melhor maneira possível”.

A OAB Diamantino é uma subseção composta ainda por outros oito municípios: Alto Paraguai, Arenópolis, Nobres, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Maringá, Rosário Oeste, Santo Afonso e São José do Rio Claro. “O projeto da 4ª Subseção foi muito mais além de fazer parte da seccional. São muitas as parcerias feitas na região”, enfatizou o presidente.

O presidente da CAA/MT, Itallo Gustavo de Almeida Leite, apresentou algumas novidades que a instituição está trazendo para

o evento em benefício à saúde de advogados e advogadas, bem como de seus familiares, como o projeto Medida Legal, a realização da 2ª edição dos Jogos da Advocacia e a criação do Fundo de Amparo à Advocacia.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, agradeceu a realização do Colégio em Diamantino destacando o aspecto democrático que o evento imprime. “Esse é o nosso quinto colégio. Cortamos Mato Grosso de ponto a ponto e chegamos no terceiro ano de nossa gestão coroando os trabalhos com Diamantino. Todos somos testemunhas da luta do Pêrsio para trazer este colégio. É um momento de reflexão e oportunidade ímpar de avaliar a advocacia e planejarmos o futuro. Nossa gestão tem a marca da democracia e da interiorização”.

Leonardo Campos destacou os principais pontos debatidos no encontro como os inúmeros desafios para o bom funcionamento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), ao qual destacou que, na atualidade, mais exclui, enquanto seu propósito é o oposto, e a remuneração da advocacia dativa em Mato Grosso, uma luta de mais de 20 anos que ainda não teve a solução esperada.

Quanto aos acontecimentos que afligem a sociedade, cuja defesa é missão da OAB-MT, o presidente da seccional abordou o desvio de recursos na ordem de R\$ 1,5 bilhão já apontado nas investigações da Operação Ararath; movimentos nacionais que cerceiam o direito de ir e vir, como foi o dos caminhoneiros no mês passado, e a retomada da campanha da OAB-MT em prol do voto consciente neste ano de eleição “voto não tem preço, tem consequência”.

“De 2016 para cá, tenho certeza de que os avanços da advocacia em Mato Grosso foram muitos. Juntos, procurando sempre interiorizar as ações, começamos muitos projetos. Mas os desafios não terminam e, mais uma vez, vamos discuti-los para atender da melhor maneira possível”, finalizou Campos.

Colégio cobra da PGE transparência no pagamento de dativos

Reunidos entre a noite do dia 14 e ao longo de todo o dia 15 de junho para tratar dos principais assuntos do exercício da advocacia no Estado, presidentes de subseções da OAB-MT, bem como a diretoria, cobraram da Procuradoria Geral do Estado (PGE) ampla transparência na divulgação da tabela e do cronograma de pagamento dos honorários da advocacia dativa. Conforme levantamento realizado pela Ordem, a dívida do governo ultrapassa R\$ 40 milhões.

A procuradora-geral do Estado, Gabriela Novis Neves, compareceu ao V Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-MT, realizado em Diamantino. A convite da diretoria da Ordem, a procuradora explicou a situação orçamentária do governo e o trabalho da PGE para arrecadar recursos oriundos de dívida ativa, que devem atender o pagamento da advocacia. Ela informou que existe um acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) para que haja uma prioridade aos honorários dos dativos com um repasse mensal – cerca de R\$ 500 mil.

“Essa questão é algo histórico. Já que a

advocacia tem aliados tanto na Procuradoria quanto na Secretaria de Fazenda, temos que debater uma solução. Existe um acordo entre mim e a Sefaz, com o Rogério Gallo, de priorizar esse pagamento dos dativos com um valor mensal destinado a isso. Ainda é um valor ínfimo perto da quantia total, mas está sendo feito. E preciso seguir a ordem cronológica para o pagamento”, ponderou a procuradora.

A cobrança da advocacia é para que seja divulgada a sequência de pagamento do que já está programado com maior transparência, tendo em vista que alguns presidentes de subseção comentaram sobre a falta do cumprimento da ordem cronológica. Quanto a isso, a procuradora informou que um novo programa está sendo implementado para sistematizar o pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV).

“A PGE faz o pagamento do RPV e ainda é tudo manual. Já o financeiro é com a Sefaz”, acrescentou Gabriela Neves, informando que até agosto serão quitados todos os pagamentos de 2017 e, a partir de setembro, inicia o pagamento dos valores gradados



em 2018. Ela também disse que levará ao órgão a necessidade de divulgar no site da PGE o cronograma de pagamento.

Em maio, um projeto de lei foi apresentado pelo governo para que seja procedido o pagamento administrativo da advocacia dativa. Mato Grosso ainda é um dos únicos estados do país que não dispõem de uma solução administrativa para o pagamento. Hoje, o profissional nomeado como dativo, após receber a certidão judicial, precisa ingressar com o processo de execução e, posteriormente, apresentá-lo à PGE-MT para conversão em precatório ou RPV, conforme o valor da causa.

Ao final da participação da procura-

dora-geral no Colégio, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, propôs a composição de uma comissão com três presidentes de subseções e um membro da diretoria da seccional para o acompanhamento e a reformulação do projeto de lei para reapresentação à PGE a partir das necessidades do ponto de vista da advocacia.

“Como a RPV é uma remuneração de caráter alimentar, para a OAB esse assunto é prioritário. Por isso, essa é uma pauta que sempre estará em discussão. A gente agradece muito a disposição da procuradora-geral em comparecer ao Colégio para tratar desse tema, que é de extrema importância para a advocacia de Mato Grosso”, finalizou.



OAB-MT é celebrada como principal representante da sociedade

Membros honorários vitalícios, presencialmente ou representados por seus familiares, prestigiaram, no dia 29 de junho, a solenidade que marcou o aniversário de 85 anos da OAB-MT. Ovationada por todos os presentes como a mais importante instituição defensora da sociedade civil organizada no Estado, a OAB-MT foi homenageada por sua atuação político-sociocultural ao longo de mais de oito décadas.

“É uma honra recebê-los e uma honra poder estar celebrando este dia. São 85 anos de história construídos com trabalho e dedicação de cada um aqui. É papel da OAB lutar diariamente. Somos sim uma entidade de classe. Mas, mais que isso, somos protagonistas nas causas e na representatividade da sociedade civil organizada, não apenas comentaristas de casos”, lembrou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Com a plateia formada por conselheiros, familiares dos membros honorários e sociedade em geral, todos assistiram a um vídeo gravado com os ex-presidentes da entidade remontando as lutas históricas de cada um nos períodos vivenciados por eles. A única mulher que presidiu a OAB-MT, a desembargadora Maria Helena Gargalione Póvoas (gestões 1993-1995-1997), foi convidada a expor um pouco de sua experiência frente à Ordem.

“Cada um de nós teve um momento ímpar na sua época. Nós atingimos um feito faraônico que foi eleger a pri-



meira mulher para presidente de uma instituição em que, na época, tínhamos apenas dois mil e poucos inscritos, e as advogadas estavam em minoria. Foi o cargo mais importante que conquistei, e aos trinta e poucos anos de vida. Foi aí que começamos a nos imiscuir em todas as principais discussões e embates da sociedade civil organizada”, resgatou a desembargadora.

O ex-presidente Ussiel Tavares (1998-2000/2001-2003) também foi convidado a comentar os desafios que enfrentou em suas gestões, as situações sociais que Mato Grosso viveu à época com preponderante acompanhamento da OAB-MT e a construção da sede atual da Ordem.

“A coisa mais importante que eu fiz no aspecto profissional foi ter sido presidente da Ordem. Conseguimos os re-

cursos para construir essa obra, além de seis sedes no interior. E na minha gestão aconteceu de tudo. Mataram o Leopoldino (juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado no Paraguai), depois veio o caso do Arcanjo (João Arcanjo Ribeiro, ex-bicheiro e acusado de crime organizado) e a sociedade civil inteira se mobilizou junto da OAB, que foi a grande líder desse movimento”, relatou Tavares.

O presidente Leonardo Campos, antes de entregar a homenagem a cada um dos membros honorários presentes ou representados por seus familiares na solenidade, reforçou a importância do papel da Ordem na garantia do estado democrático de direito.

“Não há que se falar num estado de direito sem falar no devido processo legal. E não há que se falar em devido processo legal sem falar em ampla defesa

e contraditório. E isso depende de uma advocacia forte, que atue de forma autônoma, independente e liberta. Sem qualquer tipo de hierarquia com os demais atores do processo que visa à distribuição de justiça”, bradou o presidente, agradecendo a presença de todos.

A OAB-MT é formada hoje por 29 subseções no interior que abrangem todos os municípios do Estado. Tem quase 60 comissões temáticas e representa aproximadamente 24 mil advogados e advogadas inscritos, sendo mais de 17,8 mil ativos.

Estiveram presentes na solenidade os membros honorários, além dos já mencionados, José Simione, Renato Gomes Nery, Rubens de Oliveira Santos Filho, Francisco Anis Faiad, Claudio Stabile Ribeiro e Maurício Aude. Também compareceram os familiares dos ex-presidentes Agenor Ferreira Leão, Ernesto Pereira Borges, Benjamim Duarte Monteiro, Oscar Correa Pina, Sebastião de Oliveira e Benedito Sant Ana da Silva Freire.

A sessão ainda foi prestigiada pelo conselheiro federal de Mato Grosso do Sul, Ary Ragiante Neto, da procuradora-geral do Estado e conselheira federal da OAB-MT, Gabriela Novis Neves, pelo desembargador Luiz Ferreira da Silva, pelo juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Aristeu Dias Batista Vilella, e pelos presidentes das subseções da OAB Várzea Grande, Flávia Moretti, e de Diamantino, Pérsio Landim.

OAB-MT realiza 1º Seminário Estadual de Direitos Humanos

A OAB-MT realiza, nos dias 30 e 31 de agosto, o 1º Seminário Estadual de Direitos Humanos. Voltado a operadores do direito, estudantes e toda a comunidade em geral, o encontro vai abranger a importância dos direitos humanos em todas as áreas, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, temas que serão debatidos em seis painéis, além de duas palestras-magnas e do lançamento de uma obra a respeito do assunto.

Vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira destaca que o momento atual pelo qual passa o país justifica as discussões sobre o tema que serão levantadas no encontro. “Esta é uma orientação da OAB nacional, para que a discussão ocorra em todas as seccionais, com advogados, estagiários, acadêmicos e a comunidade em geral, no sentido de desmistificar este inconsciente coletivo que trata os Direitos Humanos como algo voltado apenas aos presidiários. Na verdade, ele abrange uma gama muito grande de áreas e trata até mesmo do direito natural”.

Ferreira pontua que a parceria com as universidades e com a comunidade unirá, no evento, conceitos teóricos gerados com a produção científica no meio acadêmico à vivência prática

que ocorre no cotidiano das pessoas.

“A ideia é que o evento seja o começo de uma discussão que será levada até dezembro às escolas, à comunidade e que fechemos isso ao final do ano. Por meio de rodas de conversa, exposição de arte, redação, ampliaremos a discussão. Ou seja, o evento é um ponto de partida para a discussão com a comunidade sobre direitos humanos”, acrescentou Flávio Ferreira.

Para as universidades, a oportunidade gerada pelo seminário vai, além de aproximar o universo acadêmico à comunidade em geral, atuar no desenvolvimento do conhecimento. “Este evento específico é muito interessante, porque vai buscar soluções, proposições para diversos ramos do direito, de atuação na sociedade, como meio ambiente, saúde e a questão carcerária”, ressalta o professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Silvano Macedo Galvão.

Signatária do pacto universitário de educação e Direitos Humanos, a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) tem alcançado importantes resultados como a formação, em parceria com a Universidade Fede-



ral do Pará (UFPA), de 19 mestres em Direitos Humanos e Meio Ambiente. “Precisamos implementar este pacto com ações que mostrem a verdadeira função, o verdadeiro conceito dos Direitos Humanos”, explica a professora Mariele Canabarro Quinteiro, que coordena a Clínica de Direitos Humanos e Meio Ambiente da instituição.

Também responsável pela organização do seminário, que pretende, ao final, apresentar a Carta de Mato

Grosso, documento que analisará a situação atual da área no estado, a Escola Superior de Advocacia (ESA-MT) defende que o tema passe a ser analisado sob novos pontos de vista, o que será possível com as discussões do evento. “A ideia é tentar demonstrar que os Direitos Humanos estão muito além deste aspecto criminal e, sim em qualquer parte do ordenamento jurídico”, complementa o diretor-adjunto da ESA-MT, Bruno Devesa Cintra.

Unemat e OAB formam agenda para elaboração de curso de pós-graduação

O reitor eleito da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), atual pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da instituição, Rodrigo Zanin, reuniu-se com o vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira, para tratar da elaboração de um termo de cooperação das duas entidades para o oferecimento de um curso de pós-graduação lato sensu em Direitos Humanos em interface com as demais áreas do Direito. O encontro aconteceu na sede da OAB-MT, no dia 26 de junho.



A primeira conversa sobre a iniciativa também contou com o representante da ESA-MT, Bruno Devesa Cintra, já que a OAB-MT será parceira da Unemat por meio da Escola. A ideia é ofertar a pós-graduação

para profissionais que atuam na área do Direito. Com vistas a firmar o termo de cooperação, a estruturação do curso teria a universidade como a coordenadora pedagógica e a ESA-MT como a responsável pela parte estrutural e de divulgação.

Outro tema tratado na reunião também foi a participação da Unemat na oferta de cursos de nível superior para reeducandos do Sistema Prisional de Mato Grosso, discussão que está em curso desde 2017 com a participação de

outras entidades.

“A Sejudh (Secretaria de Justiça e Direitos Humanos) fez um levantamento dentro das unidades prisionais que apontou os cursos de interesse dos reeducandos. A partir daí, levantou-se essa expectativa dentro dessas unidades. É muito importante se o senhor puder acompanhar essa situação”, pediu o vice-presidente da OAB-MT.

O futuro reitor disse que o projeto é de muito interesse da instituição. “Faço questão de anotar porque, a partir de agora, já estamos nos preparando. Esse é um tipo de projeto que me chama muita atenção. Acho que a gente pode avançar muito. Temos que fazer a diferença enquanto universidade para o Estado”, declarou Rodrigo Zanin.

Advocacia se reúne em ato de desagravo em Juína

A advocacia de Mato Grosso realizou um ato de desagravo em desfavor do juiz de direito Fábio Petengill, da comarca de Juína, no dia 21 de junho, em repúdio ao ataque à categoria promovido pelo magistrado. A iniciativa teve a participação do presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, bem como de demais representantes da advocacia da região, ocorrido no Fórum da cidade.

“O desagravo é um ato pela qual a classe da advocacia repudia qualquer violação ou ofensa às prerrogativas.

Aqui nós repudiamos e dissemos que não aceitamos qualquer pecha imputada à advocacia que vise denegrir a imagem da profissão”, destacou o presidente da Ordem, acompanhado do presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), André Stumpf, e do presidente da Subseção de Juína, Flávio Lemos Gil.

Em abril, a OAB Juína divulgou



carta aberta à população informando que os advogados e advogadas da região não mais aceitariam a nomeação dativa por parte do Poder Judiciário local em razão da reiterada falta de pagamento do Estado pelos serviços prestados por estes profissionais. Mato Grosso já acumula um passivo de aproximadamente R\$ 40 milhões em débitos desta natureza.

Frente à recusa justificada dos advogados em aceitar nomeações na referida comarca, o Ministério Público ajuizou ação civil pública em face da Defensoria Pública de Mato Grosso para que fosse garantida aos hipossuficientes representação nos processos judiciais. Porém, o juiz Fábio Petengill, analisando a referida ação, declarou em liminar deferida

que a situação de emergencialidade na localidade é decorrente do “movimento paredista” deflagrado pelos advogados militantes na comarca.

Em nota de repúdio à atitude do juiz, a OAB-MT declarou que a interpretação das palavras do magistrado é de que todos os advogados e advogadas que passaram a recusar nomeações dativa na região não tinham grandeza de caráter, atuavam sem nobreza, como se fossem esses profissionais os responsáveis pelo estado de colapso no atendimento da população carente.

“Estamos aqui com a presença de guerreiros advogados e advogadas, que lutam diariamente em prol da distribuição de justiça em favor da sociedade e dos menos favorecidos. O advogado, enquanto ente essencial à administração da justiça, deve ter uma atuação autônoma, liberta e independente. E onde houver uma violação de prerrogativa, lá estará a OAB defendendo a advocacia, porque prerrogativa é uma questão de justiça”, endossou o presidente Leonardo Campos durante o ato.

FeijOAB tem público de 1,3 mil para entretenimento e solidariedade

Cerca de 1,3 mil pessoas compareceram, no dia 9 de junho, à tradicional feijoada realizada pela Subseção de Lucas do Rio Verde da OAB-MT, a FeijOAB Solidária. O evento, que já se consagrou como um dos maiores da Ordem no calendário festivo do Estado, cumpriu, mais uma vez, com o propósito de oferecer entretenimento e gerar uma ação social, como frisou o presidente da Subseção, Eduardo Villela.

“A festa cresce a cada ano. Este ano, cresceu mais ainda. O número de patrocinadores foi maior, o número de participantes, também, e o volume de arrecadação, não finalizamos ainda, mas temos uma projeção de que será também maior, para conseguirmos ajudar ainda mais as instituições de caridade”, pontuou o presidente.

A FeijOAB é a principal fonte de recursos do projeto OAB Solidá-

ria, criado em 2013 com o objetivo de aproximar a classe advocatícia da sociedade do município, beneficiando entidades que prestam ser-

viços sociais. Nesses cinco anos de atividade, já foram destinados mais de R\$ 220 mil para doações, segundo a entidade.

Conforme lembrou o conselheiro estadual da OAB-MT e um dos idealizadores do projeto, Abel Sguarezi, a proposta inicial era ampliar a atuação social da entidade. “Aquela ideia surtiu frutos. A cada ano melhora, e o benefício maior é para a sociedade, porque o resultado desta feijoada maravilhosa reflete para toda a sociedade”.

Para o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, iniciativas como essa fortalecem o papel da instituição na comunidade. “Eventos como este, que a partir de um momento de lazer refletem no social, consolidam cada vez mais a Ordem enquanto porta-voz da sociedade civil organizada”.



Comissão encabeçada pela Ordem denuncia violência em assentamentos

Preocupada com a tensão agrária existente em assentamentos localizados em dois municípios do norte do Estado, uma comissão encabeçada pela OAB-MT procurou o secretário de Estado de Segurança Pública, Gustavo Garcia, em busca de providências. Conforme integrantes dos movimentos de luta pela terra que compareceram ao encontro, no início de junho, relatos de violência física e moral dão conta da possível participação de homens das forças policiais de Mato Grosso a mando de fazendeiros de Novo Mundo e Nova Guarita.

“Para se ter uma ideia, em um dos casos, em que aberta a sindicância contra o policial, a intimação foi levada às famílias de assentados para prestarem esclarecimento por outro militar, mas junto deste que está sendo acusado de cometer a violência. Ou seja, isso é uma atitude de intimidação”, relatou a advogada Elizabeth Flores, que é vice-presidente da Comissão de Responsabilidade Social da OAB-MT e representante da Comissão Pastoral da Terra.

A situação relatada por Elizabeth Flores trata de atos cometidos contra 12 famílias assentadas desde 2005 no chamado Lote Dez, no município de Nova Guarita, norte de Mato Grosso. Conforme ela, um policial militar lotado na região costuma agir com violência a mando de grileiros da área praticando, em conjunto com outras



peças, de envenenamento e cárcere privado à tortura física das famílias.

“Eles amanhecem com as cercas cortadas, gado roubado, pulverização de agrotóxico exatamente sobre as casas. Um casal foi torturado, depois de amarrado na cerca de arame, diante da filha de 3 anos. São atrocidades cometidas por lá. E ninguém faz nada para que esse policial seja afastado, mesmo com sindicância”, acrescentou a advogada, informando que já existem duas decisões liminares que garantem a reintegração da posse da terra aos assentados.

“A PM dá cobertura ao fazendeiro que quer a terra”, afirmou o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Teobaldo Witter, pedindo que ao menos o policial em questão fosse afastado do município.

Dizendo compreender a gravidade da situação, o secretário de Segurança informou que iria aprofundar-se no assunto, diante de toda a documentação apresentada pelo grupo, com as providências solicitadas inclusive ao Comando da PM e ao Ministério Público Estadual, para encaminhar a questão.

“Compreendo que é uma questão grave. Vou procurar informações antes de encaminhar isso à Polícia Militar e ao Ministério Público. Também entregarei uma cópia ao setor de Inteligência da Segurança Pública, pois, em situações de urgência, que é o caso do conflito agrário, é necessário”, disse Gustavo Garcia.

O outro caso apresentado pela comissão, que ainda contou com o presidente do Fórum de Direitos Humanos da Terra, Inácio José Werner, também dá conta do envolvimento de policiais militares de Novo Mundo, também no Norte, unindo-se a jagunços para intimidar famílias que vivem num assentamento local há mais de 10 anos, também sob decisão judicial que lhes confere a posse.

“Existem vídeos documentando a situação de policiais, junto a um ex-policial, fazendo ameaças às famílias. Temos isso gravado”, apontou a advogada.

O vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira, ponderou sobre a importância de o secretário de Segurança tomar pé da situação. “O efeito moral disso é muito importante. São casos específicos e que sabemos que serão averiguados”, completou.

O secretário ainda informou que a situação também será compartilhada com o Comitê de Conflitos Agrários do governo do Estado e, disse acreditar que, dentro de 15 dias, tenha respostas sobre os casos.

Membros da CIJ integram mesa no Congresso Nacional da Criança e do Adolescente

Membros da Comissão da Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT integraram, no dia 20 de junho, a programação do Congresso Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizado em Curitiba (PR).

“Adoção e o Cenário Brasileiro” foi a mesa liderada pela presidente da CIJ e secretária-geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), Tatiane Barros Ramalho. A também integrante da CIJ e presidente do Cedca, Lindacir Rocha Bernardon, foi responsável pelo terceiro painel que compôs a mesa da tarde desta quarta-feira.

Iniciado no dia anterior, o Congresso é promovido pelas comissões da Infância e Juventude das Seccionais,

além do Conselho Federal da OAB. Sua proposta é dialogar sobre os direitos da criança e do adolescente sob a ótica da Constituição Federal abordando avanços, retrocessos e desafios das políticas públicas na área da infância e juventu-

de. A programação segue até esta quinta-feira.

“Congressos como este são essenciais para a consolidação dos direitos humanos das crianças e adolescentes. A sociedade deve zelar pelo seu bem

mais importante, ou seja, as crianças e adolescentes, que são o futuro do país”, pontuou Tatiane Ramalho.

Além das integrantes do painel, também participou do encontro a secretária da CIJ de Mato Grosso e também secretária-adjunta do Cdeca, Andreia Noite.

“Precisamos unir forças que devem se estruturar para o avanço na questão dos direitos das crianças e dos adolescentes, pois estamos vivendo um momento delicado, em que as grandes conquistas sociais estão sendo questionadas e modificadas. A união das redes é essencial, para que as conquistas que foram alcançadas através de lutas históricas não venham a acabar”, assinalou a presidente da CIJ de Mato Grosso.



Profissionais da advocacia já podem se inscrever para os 2º Jogos da Advocacia

Já estão abertas as inscrições para a segunda edição dos Jogos da Advocacia. O evento organizado pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) com o apoio da OAB-MT será entre os dias 26 e 28 de julho, na Associação dos Advogados, em Cuiabá. O Comercial Uemura e as Águas Lebrinha são parceiras do evento.

“Os Jogos da Advocacia nasceram com a finalidade de fomentar a prática esportiva e promover o intercâmbio sócio-cultural e desportivo entre os

profissionais da advocacia”, explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite. Ele adianta que os



2º JOGOS DA ADVOCACIA DE MATO GROSSO

melhores colocados representarão Mato Grosso nos Jogos de Verão, em janeiro de 2019 – evento nacional da Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad).

Podem participar profissionais da advocacia regularmente inscritos e adim-

plentes com a OAB-MT. Cada atleta poderá participar de até duas modalidades. As inscrições são via internet tendo o valor de R\$ 130,00 + taxa de serviço por modalidade. O pagamento da taxa assegura ao atleta o recebimento do uniforme que faz parte do kit atleta.

Para esta segunda edição, a organização dos Jogos traz algumas novidades no número de modalidades. Em 2018, além do futebol, vôlei de praia, tênis, beach tennis, futevôlei e jiu-jitsu os participantes poderão se inscrever nas disputas de tiro ao alvo, sinuca, tênis de mesa e truco (estas duas últimas serão realizadas em âmbito regional sem direito à classifi-

cação para os jogos nacionais). Todas as modalidades têm categorias Geral, Feminina e Masculina.

Os três melhores colocados em cada modalidade receberão, além das medalhas, troféus. Entretanto, somente os primeiros colocados de cada modalidade garantirão vagas para os jogos nacionais.

Hospedagem – Para os atletas que desejarem se hospedar em Cuiabá, a CAA/MT celebrou parceria com o Paiaçuás Palace Hotel. A diária em quarto single terá o valor de R\$ 70,00, já em quarto duplo a diária será de R\$ 85,00. As reservas deverão ser feitas diretamente no site das inscrições dos Jogos da Advocacia, limitada ao número de três diárias.

Programa Medida Legal reúne advogados de Cuiabá e Sinop



A terceira edição do Medida Legal já começou. As primeiras gravações foram realizadas nos dias 30 de junho e 1º de julho em Cuiabá e Sinop, respectivamente. Idealizado pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), o programa selecionou, via sorteio, oito profissionais da advocacia inscritos na OAB Mato Grosso.

“O Medida Legal tem por objetivo incentivar a prática de atividade física com o propósito de se ter uma vida saudável. Sabemos o quão estressante é o dia-

-a-dia do colega advogado. Então, com o acompanhamento de profissionais da saúde e educadores físicos nos próximos dois meses, queremos despertar a importância do esporte para a vida”, explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Ele lembra que o desafio final do programa será a superação dos dez quilômetros da Corrida da Advocacia pelos oito participantes da edição 2018. A prova será dia 26 de agosto, em Cuiabá.

Como nos anos anteriores, os vencedores do Medida Legal serão conhecidos após somatório de pontos acumulados

durante o programa. Será pontuada a assiduidade de cada advogado nos treinos e atividades propostas pela organização do programa, inclusive, o desempenho na corrida.

A evolução de cada participante poderá ser acompanhada pelo público nos vídeos que serão disponibilizados, semanalmente, no site da CAA/MT, canal do Youtube e mídias sociais. O público geral também poderá escolher seu candidato preferido. A votação popular será computada ao resultado final do Medida Legal.

Confira os participantes do Medida Legal edição 2018:

CUIABÁ

Silmara Matos
Viviam Carla Ignácio Vieira
Carlos José de Campos
Fábio Nunes Neves de Araújo

SINOP

Gabriella de Souza Machiavelli
Marleth Ilda Carvalho Correia Hansen
John Lincoln Santos Teixeira
Aluísio Felipe Barros

Crianças a partir de 5 anos e jovens de até 14 podem participar da Colônia de Férias CAAMT

As inscrições para a 12ª Colônia de Férias da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) já estão disponíveis. Para esta edição, foi ampliada a faixa etária atendida. Agora, podem se inscrever crianças e jovens com idades entre 5 e 14 anos que sejam filhos(as) ou dependentes de profissionais da advocacia

adimplentes com a OAB-MT. Em anos anteriores, era permitida a participação de crianças com idades entre seis e 12 anos.

As atividades da 12ª Colônia de Férias serão realizadas de 16 a 20 de julho, das 8h às 18h, na Associação dos Advogados, em Cuiabá. As inscrições podem ser feitas via internet (www.caa-

mt.com.br) até o dia 11 de julho.

A taxa é de R\$ 250 já incluso o kit da colônia (camiseta + mochila esportiva), café da manhã, almoço, lanche, passeio e oficinas durante todo o período da colônia de férias.

Com uma programação bastante diversificada, a 12ª Colônia de Férias da CAA/MT tem por objetivo fomentar a

socialização entre as crianças e desenvolver a cidadania em cada uma. Além do passeio, serão realizadas oficinas durante o evento.

Importante lembrar que todas as atividades serão coordenadas e monitoradas, de perto, pela equipe da CAA/MT e de educadores físicos com experiência em recreação infantil.



Em encontro estadual, Itallo Leite anuncia Fundo de Amparo à Advocacia

O presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), Itallo Leite, anunciou durante o V Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-MT e Delegados da CAA/MT, realizado no mês de junho em Diamantino, a criação do Fundo de Amparo à Advocacia. Esse fundo será gerido pela Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad) e di-

recionado à concessão de apoios financeiros excepcionais e temporários.

“Esse fundo integra o programa ‘Auxílio Brasil’ que estabelece políticas de apoio aos advogados em estado de vulnerabilidade financeira que o impede de cuidar da sua saúde. Este será, sem dúvida, mais um grande avanço que a Caixa de Assistência colocará à disposição da advocacia mato-gros-

sense”, explica Itallo Leite.

De acordo com a Concad, há um aumento expressivo de casos de profissionais da advocacia com enfermidades incapacitantes, total ou parcialmente, para o exercício da atividade profissional.

Itallo Leite adianta que o fundo está em processo de efetivação e, em breve, disponível para os advogados e advogadas inscritos(as) na OAB-MT.

“Para ter acesso ao benefício, o advogado deverá solicitá-lo à Caixa de Assistência que se encarregará de apresentar o pedido à Concad que o submeterá ao Órgão Colegiado composto por um representante de cada região do País. O benefício financeiro a ser pago deverá ser efetuado diretamente ao beneficiado, em parcela única, uma única vez por cada exercício fiscal”, informa.

Câmara aprova projeto que isenta advocacia de pagamento de custas processuais na execução de honorários

Foi aprovado no início de junho, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 8957/17. A proposta isenta os profissionais da advocacia do pagamento de custas processuais na

execução de honorários advocatícios.

“A advocacia deve comemorar esta aprovação, pois este projeto vem reparar uma grande injustiça. Sendo os honorários uma verba de natureza alimentar, é imprescindível que os advogados e advogadas possam cobrá-la no Poder Ju-

diciário sem a necessidade de efetuar o pagamento de custas”, declarou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Leonardo Campos.

De acordo com ele, o projeto, que agora seguiria para avaliação do Senado,

proporciona mais acesso à Justiça a esses profissionais considerados pela própria Constituição da República como indispensáveis na administração da Justiça.

O projeto é de autoria da deputada federal Renata Abreu (SP) e contou com relatoria do deputado Sérgio Zveiter (RJ).

Após pedido da OAB, TJMT regulamenta PJe quanto ao Agravo de Instrumento

Atendendo ao pedido da OAB-MT, por meio da Comissão de Direito Eletrônico (Codel), o Tribunal de Justiça de Mato Grosso editou resolução que assegura o cumprimento do estabelecido no Código de Processo Civil (CPC) no que diz respeito ao Recurso de Agravo de Instrumento.

De acordo com o parágrafo 5º do artigo 1.017 do CPC, sendo eletrônicos os autos do processo principal, dispensam-se as peças referidas nos

incisos I e II do caput, facultando-se ao agravante anexar outros documentos que entender úteis para a compreensão da controvérsia.

Contudo, em diversos despachos do TJMT vinha sendo solicitada a juntada dos documentos dispensados pelo referido dispositivo. Isso acontecia porque no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) apenas a unidade jurisdicional em que o processo tramita é dotada de permissão para acessá-lo, dependendo, portanto, da

liberação do magistrado de 1ª instância ao desembargador relator do agravo de instrumento.

Após a análise do pedido feito pela OAB-MT, o TJMT editou a Resolução TJ-MT/TP n. 03/2018 regulamentando o PJe no âmbito das 1ª e 2ª instâncias do Poder Judiciário de Mato Grosso que destaca, em seu artigo 53, que para fins de cumprimento do estabelecido no parágrafo 5º do artigo 1.017 do CPC, poderá ser concedido ao desembargador relator permissão

de visualização dos autos, encaminhando ofício ao juiz de origem para implementação da visualização.

Presidente da Codel, Gonçalo Adão destaca que a medida é de suma importância, gerando maior facilidade e permitindo ao desembargador acessar livremente os autos na origem e atendendo o anseio da advocacia, uma vez que não havia necessidade qualquer de juntar outras peças processuais no pedido de Agravo de Instrumento em autos eletrônicos.



Informe OAB



OAB-MT se reúne com a advocacia de Juara

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, reuniu-se com a advocacia de Juara no dia 21 de junho. No encontro, realizado no Fórum da cidade, com a participação de dezenas de profissionais da advocacia militantes da região, foram apresentadas as ações desempenhadas pela Ordem e as demandas e peculiaridades do exercício profissional na localidade. Também participaram da reunião o presidente e o vice-presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), André Stumpf e Maurício Magalhães Faria Neto, que conversaram com os presentes sobre as prerrogativas da advocacia, e o secretário-geral da Comissão de Meio Ambiente da OAB-MT, Fabrício Pavan.



Cojad-MT promove troca de experiências na OAB Nova Mutum

Em mais uma ação do projeto de interiorização, a Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da OAB-MT reuniu-se com os profissionais de Nova Mutum em junho. Com apoio da CAA/MT, o grupo de 11 profissionais da Cojad realizou uma roda de conversa na OAB Nova Mutum abordando temas como as prerrogativas da profissão, honorários, Código de Ética e os projetos desenvolvidos pela comissão para aqueles que ingressam na advocacia. Satisfeito com o resultado da caravana da Cojad, o presidente da OAB Nova Mutum, César Boni destacou que essa troca de experiências e compartilhamento de conhecimento da jovem advocacia é uma ação que enobrece tanto a profissão, quanto os profissionais do Direito. Da mesma forma, a advogada Mara Barros, que acompanhou a caravana, aprovou a iniciativa de interiorização. “Foi show de bola!”, comemorou.

Expediente no TRE-MT passa a ser de 12h às 19h até dezembro

Entre os meses de julho e dezembro deste ano, o expediente na Justiça Eleitoral de Mato Grosso será das 12h às 19h nos dias úteis. As sessões plenárias terão início às 17h30. A exceção quanto ao expediente fica por conta dos dias de jogos da Copa do Mundo e dos plantões de finais de semana e feriados, no período eleitoral. Do dia 15 de agosto até 19 de dezembro algumas unidades do Tribunal funcionarão em regime de plantão aos sábados, domingos e feriados, das 15h às 19h. No caso dos cartórios eleitorais o plantão aos sábados, domingos e feriados acontecerão das 15h às 19h, no período de 15 de agosto a 31 de outubro. Na véspera e no dia da eleição, o horário de funcionamento da Secretaria do Tribunal e dos cartórios eleitoral (dias 6 e 27 de outubro, em caso de segundo turno) será das 14h às 19h. Já no dia da eleição (7 e 28 de outubro, em caso de segundo turno), será das 7h às 19h.

Em Destaque



Integrantes do V Colégio de Presidentes da OAB-MT e de Delegados da CAA/MT posam para fotos nos intervalos dos trabalhos ao longo do dia inteiro de discussões sobre o melhor para advocacia de Mato Grosso



O advogado que preside a Academia Mato-grossense de Letras, Sebastião Carlos Gomes de Carvalho, tomou posse como membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas pelas mãos do também mato-grossense e novo colega de entidade, Antônio Ernani Calhao



Membros da diretoria da seccional da OAB-MT, da subseção de Lucas do Rio Verde e da ESA-MT na edição 2018 da FeijOAB, um dos maiores eventos de entretenimento e solidariedade da região norte do Estado



Integrantes do grupo musical "Samba Menino", formado por crianças e adolescentes de Diamantino, que abrilhantaram o jantar de abertura do V Colégio de Presidentes realizado na cidade. O grupo recebeu uma doação em dinheiro feita por todos os participantes do evento para a compra de novos instrumentos musicais